

## O cuidado com o mundo. Olhando a pandemia a partir de Moçambique

TERESA CUNHA\*

**Resumo:** A escala global do fenómeno da infecção pelo novo Coronavírus e os seus impactos são razões suficientes para que seja um tema de uma profunda reflexão feminista. Este artigo está estruturado em três partes. Na primeira apresento uma reflexão feminista sobre a pandemia. Na segunda analiso a situação específica de Moçambique que é a base material e simbólica da experiência das mulheres e meninas do país. Na terceira e última parte, a partir da minha participação como relatora nos seminários *online* promovidos pelo Fórum Mulher, Moçambique\*\* durante o ano de 2020 e nos quais participaram mais de 300 mulheres de todo o país, apresento um ideário epistemológico e político das mulheres moçambicanas pós-pandemia e com o cuidado no centro.

**Palavras-chave:** Mulheres; Feminismos africanos; Fórum Mulher.

### The care with the world. Looking at the pandemic from Mozambique

**Abstract:** The global scale of the phenomenon of infection with the new Coronavirus and its impacts are sufficient reasons for a deep feminist reflection. This article is structured in three parts. In the first, I present a feminist reflection on the pandemic. In the second I analyze the specific situation of Mozambique, which is the material and symbolic basis of the experience of women and girls in the country. In the third and last part, from my participation as rapporteur in the online seminars promoted by Fórum Mulher, Mozambique during the year 2020 and in which more than 300 women from all over the country participated, I present an epistemological and political idea of Mozambican women post-pandemic with care at the center.

**Key words:** Women; African Feminisms; Fórum Mulher.



\* TERESA CUNHA é Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra; investigadora sénior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

\*\* O Fórum Mulher Moçambique é uma plataforma nacional que integra 85 organizações de mulheres do país e se assume como uma organização feminista. Faz parte integrante da Marcha Mundial das Mulheres.



Foto da autora

### 1. A pandemia do novo Coronavírus: a escala, o medo, a incerteza e as desigualdades

A escala global do fenómeno da infecção pelo novo Coronavírus, a rapidez da sua disseminação e a terrível visibilidade dos seus impactos imediatos são razões suficientes para que seja um tema de uma profunda reflexão feminista que vá para além da visão sanitarista povoada de metáforas bélicas que inunda os meios de comunicação social e as narrativas de governos e organizações transnacionais.

É certo que estamos a viver uma pandemia por infecção do novo Coronavírus que resulta numa doença a que se convencionou chamar de COVID-19. Essa pandemia apresenta três características muito significativas: (1) uma taxa de transmissão muito elevada fazendo com que o número de pessoas infectadas aumente exponencialmente a cada dia que passa; (2) é transversal a todos os países e regiões do globo; e (3) tem uma taxa de mortalidade muito elevada dadas as complicações de saúde que gera, nomeadamente, do foro pulmonar e respiratório e a falência multi-orgânica subsequente.

Segundo os dados publicados na página da Organização Mundial de Saúde em 31 de Março de 2021, haviam sido confirmadas até essa data 128.540.982 pessoas doentes com a COVID-19 das quais 2.808.308 morreram. Apesar destes

números serem trágicos, o desastre humanitário que ainda está por vir pode ser ainda muito mais grave.

Várias organizações e especialistas alertam que estes números estão, seguramente, muito abaixo da realidade e que todos os dias eles sofrem aumentos exponenciais. As razões apresentadas são várias: a) em muitos casos não tem sido possível testar maciçamente as populações por não existirem testes suficientes ou capacidade técnica para tal. Portanto não se sabe exactamente quantas pessoas poderão estar infectadas e a

transmitir a doença uma vez que, a maioria das pessoas infectadas, são assintomáticas; b) a incapacidade dos serviços de saúde competentes chegarem a todas as populações de forma sistemática em vários países do mundo; c) há uma sub-notificação dos casos de morte por Coronavírus por não ser possível determinar, com rigor, as causas de muitos dos falecimentos; d) os sistemas de saúde estão a colapsar, mesmo em países<sup>1</sup> em que estes pareçam ser funcionais, devido à pressão causada pelo rápido crescimento de casos de infecção; e) em muitos casos há poucos recursos de protecção de profissionais de saúde, de meios de diagnóstico e de tratamento; f) há vários países no mundo que não estão a divulgar os dados relativos à sua situação em relação a esta pandemia por motivos vários (guerra, regime político, incapacidade operacional, entre outros).

Sabe-se que a vacinação maciça da população mundial é uma das principais chaves para o controlo desta pandemia mas, apesar de 547.727.346<sup>2</sup> doses já terem sido administradas em todo o mundo, a imunidade de grupo está longe de ser alcançada. Por outro lado, a geografia política da vacinação em curso demonstra as terríveis desigualdades entre os países e as políticas de marginalização das populações e das regiões mais empobrecidas do mundo. A este respeito é interessante notar as diferenças entre continentes quanto à percentagem de pessoas por cada cem a quem tinha sido administrada pelo menos uma dose da vacina segundo a publicação da Our World in Data<sup>3</sup>:

- África: 0,94 até 7 de Abril, 2021;

- América do Norte: 32,30 até 6 de Abril, 2021;

- América do Sul: 10,53 até 31 de Março, 2021;

- Ásia: 6,85 até 31 de Março, 2021;

- Europa: 18,93 até 5 de Abril, 2021;

- Oceania: 2,37 até 6 de Abril, 2021.

Tem-se tornado cada vez mais claro que a mercantilização das vacinas e os impedimentos postos no acesso público às patentes por parte das grandes farmacêuticas, cujas investigações são em grande parte financiadas por dinheiros públicos, mas cujos resultados são privatizados, está a aprofundar ainda mais o fosso entre os que merecem sobreviver à pandemia e as/os que serão sacrificadas/os. Acresce a toda esta tragédia as consequências sociais, económicas e políticas que já são visíveis ainda que não estejam devidamente avaliadas.

Perante a escala deste fenómeno e dos seus impactos a humanidade está a viver esta experiência com medo, incerteza e perplexidade. Parece-nos que todas as explicações para o que nos está a acontecer são poucas e incapazes de nos fazerem compreender como chegámos até aqui. Além disso, parece ser cada vez mais difícil distinguirmos, com clareza, como nos podemos manter saudáveis física e mentalmente e parece que já não sabemos que mundo afinal é o nosso e como serão os meses e os anos que temos por diante.

O que já sabemos é que ao longo dos últimos 50 anos, apareceram 300 novas patogenias. Está amplamente documentado que 70% das patogenias que afetam o ser humano hoje, entre os

<sup>1</sup> Vejam-se, a título de exemplo: a Itália, a Espanha, o Reino Unido, Portugal e a França.

<sup>2</sup> Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) a 31 de Março de 2021. Consultado em <https://covid19.who.int/> em 2 de abril de 2021.

<sup>3</sup> Ver aqui:

<https://ourworldindata.org/grapher/covid-vaccination-doses-per-capita?tab=table>.

Consultado a 8 de abril de 2021.

quais o HIV, o ébola, a gripe, a síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS, na sigla em inglês) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS, na sigla em inglês), surgem quando os ecossistemas florestais são invadidos e os vírus se transferem de animais para pessoas. Da mesma forma, isso ocorre quando se amontoam animais em mega-projectos de produção industrial para maximizar os lucros, como é o caso da gripe suína e a das aves. As pandemias, e as crises económicas e humanitárias que se lhes seguem, deixaram de ser agudas para passarem a serem crónicas. Parece que estamos numa guerra que não cessa de gerar mortes, doenças, pessoas deslocadas e destruição em massa. A feminista indiana Vandana Shiva<sup>4</sup> afirma que esta pandemia não é um desastre natural tal como não são os fenómenos climáticos extremos que temos vivido ou testemunhado. As epidemias emergentes, assim como as mudanças climáticas, são intrinsecamente antropogénicas, ou seja, causadas pelas actividades humanas. A chamada ‘nova’ normalidade do século XXI parece ser a persistência das crises e dos desastres e não a resolução das suas causas profundas.

Porém, é necessário deixar claro que estes fenómenos têm dimensões e impactos tragicamente desiguais entre regiões, continentes e populações empobrecidos do mundo e os que são ricos e privilegiados. É preciso reconhecer que as pandemias, as crises sanitárias e os desastres ambientais são produtos das desigualdades estruturais no mundo e aprofundam e reforçam essas mesmas desigualdades. Não é verdade que a escala global de uma pandemia como esta tenha feito desaparecer as

fronteiras ou que estas não tenham nenhuma importância para o vírus. Pelo contrário, a pandemia pelo novo Coronavírus, como outros desastres e crises, atravessam as fronteiras nacionais sim, mas em grande medida para as reafirmar. Tanto no acesso aos recursos, quanto na capacidade de enfrentar os problemas com dignidade a experiência dos problemas contemporâneos mantém subjugadas, de forma muito díspar, regiões, territórios, corpos e os seres que os habitam. A exclusividade dos privilégios que está subjacente a esta lógica de separação entre quem pode ter presente e futuro e quem pode ser descartado, muitos países e as suas populações são transformados em territórios de sofrimento e sacrifício. São milhões de seres humanos e seres não-humanos que são imolados para que se mantenham as cadeias de acumulação de lucros inimagináveis por parte de elites cada vez mais ricas e mais restritas e que se consideram proprietárias do mundo.

Enquanto a maioria das/os cidadãs/ãos do mundo são chamadas/os a fazer todos os sacrifícios necessários para enfrentar a pandemia, o que pode incluir perder o emprego e os rendimentos, perder a saúde física e mental, não poderem sepultar as suas pessoas amadas que falecem, experimentarem o inferno da violência doméstica e o isolamento, alguns fazem da pandemia mais uma oportunidade de negócios ultra-milionários.

Segundo a Bloomberg<sup>5</sup>, na última semana de Agosto (2020) os 500 mais ricos do mundo estavam 209 mil milhões de dólares mais ricos do que na semana anterior, num contraste forte com o estado da economia atingida pela pandemia. Ao longo do ano de 2020 o

<sup>4</sup> Ver aqui:

<https://www.deccanherald.com/specials/sunday-spotlight/a-virus-humanity-and-the-earth-821527.html>

<sup>5</sup> Ver aqui:

<https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-08-28/world-s-richest-people-smashed-wealth-records-this-week>

conjunto da sua riqueza aumentou 15%, 871 mil milhões de dólares. No topo da escala dos mais ricos, o patrão da Amazon, Jeff Bezos, viu o seu patamar de riqueza alcançar os 200 mil milhões de dólares. Abaixo dele, Elon Musk da Tesla, que acrescentou ao seu pecúlio este ano 76,1 mil milhões de dólares, entrou no clube restrito dos “centibilionários”, ou seja, das pessoas cuja riqueza supera os cem mil milhões de dólares. Para além de Bezos e, agora de Musk, fazem parte ainda o co-fundador do Facebook, Mark Zuckerberg e Bill Gates da Microsoft. São apenas quatro, todos homens e todos norte-americanos.

Por outro lado, é crítico reconhecer que a experiência milenar das mulheres nos tem ensinado que não importam as pandemias, as crises ou as calamidades, pois nós, os seres que nos representamos como femininos, somos sempre as mais atingidas, as menos protegidas, as mais discriminadas. É claro, que nem todas as mulheres e as raparigas sofrem com a mesma intensidade, nem enfrentam em igualdade de condições as consequências da pandemia. Porém, somos sempre as menos ouvidas e tidos em pouca ou nenhuma consideração os nossos conhecimentos, as nossas sabedorias e as nossas práticas que identificam, compreendem e resolvem problemas. Na verdade, o que esta pandemia também mostra de forma límpida e cristalina, é a misoginia estrutural remanescente no nosso tempo que continua a submeter as mulheres de todas as idades e de todos os cantos do planeta a todos os tipos de vulnerabilidades e violências, especialmente aquelas que habitam esses lugares de sacrifício, especialmente no continente africano.

Os dados do relatório da OXFAM (2020) revelam que as mulheres, apesar de estarem na linha de frente de uma

economia três vezes superior à de todo o sector tecnológico, a economia do cuidado, não têm o seu trabalho reconhecido, não são assalariadas por ele ou são muito mal pagas. Por isso, elas continuam a serem as pessoas mais empobrecidas no mundo. De todas elas, porém, são as africanas as que mais sofrem com estas desigualdades. Segundo o mesmo relatório, apenas 22 homens possuem mais riqueza do que todas as mulheres de África, o continente mais longamente violentado pelo colonialismo europeu. Isto quer dizer que, mais de 671 milhões<sup>6</sup> de mulheres africanas, juntando todas as suas riquezas, não conseguem acumular o mesmo do que aquilo que possuem apenas duas dezenas de homens. E, se tivermos em consideração as desigualdades internas existentes no continente, isto quer dizer que quase todas as mulheres africanas são realmente miseráveis no sentido de não possuírem os recursos materiais e simbólicos para poderem viver uma vida longa, digna de ser vivida, sem medos e violências, com conforto e serem respeitadas a sua inalienável integralidade física e mental.

Por isso, parece-me fundamental afirmar que a primeira coisa a fazer é provocar, alimentar e levar a cabo uma reflexão feminista que seja também o reconhecimento da interseccionalidade das opressões que aprofunda ainda mais os problemas suscitados por esta pandemia na vida das mulheres.

## **2. Olhando a pandemia a partir de Moçambique**

A realidade que a pandemia pelo novo Coronavírus nos tem imposto tem gerado alterações profundas no quotidiano das pessoas todas e tem levado os governos e os estados nacionais a usarem o estado de emergência como medida de mitigação e

<sup>6</sup> Ver aqui: <https://countrymeters.info/pt/Africa>.

controlo da doença. Isso implica, em geral, a implementação das seguintes medidas: (1) confinamento em casa; (2) restrições severas à mobilidade; (3) restrições severas à aglomeração de pessoas, o chamado afastamento social, com proibição de espetáculos, cultos, manifestações, marchas, festas familiares, ou outros eventos que envolvam grandes conjuntos de sujeitas/os; (4) encerramento das actividades comerciais consideradas não essenciais das quais se excluem provisão de alimentos, água potável, electricidade, gás, medicamentos e outros serviços de saúde; (5) encerramento de escolas e universidades e transferência das suas actividades para meios digitais ou à distância, conforme as possibilidades técnicas existentes; (6) encerramento de fronteiras e cancelamento de vistos de entrada; (7) restrições severas à mobilidade aérea e ao uso dos espaços aéreos nacionais; (8) em casos mais graves têm-se adoptado medidas de cerca sanitária de territórios/populações; (9) vigilância policial e até militar do cumprimento das medidas e punição das/os transgressoras/es; (10) o uso de vigilância digital e por GPS<sup>7</sup> das/os cidadãs/ãos, dos seus movimentos e contactos. Do mesmo modo, ao nível da economia, trabalhadoras/es, empresárias/os e empresas, estão a ser afectadas pela situação da saúde pública mundial e pelas medidas de contenção, mitigação e prevenção do alastramento da COVID-19. A sucessiva declaração do estado de emergência, tem vindo a limitar direitos cívicos e políticos, a aumentar a militarização das sociedades, a facilitar a especulação de preços nos mercados de consumo de produtos básicos, a introduzir alterações no padrão do consumo, da mobilidade e de

comportamento social e a reorientar a produção industrial. As consequências mais visíveis são o desemprego; a falta de produtos básicos de higiene; o aumento incontrolado dos preços de bens essenciais; a precarização das condições de trabalho e de segurança humana e alimentar; o aumento da xenofobia; aumento da violência contra as mulheres de todas as idades<sup>8</sup>; a supressão ou restrição de direitos civis e políticos como o direito à greve, adiamento de eleições e outros; e, em casos de economias fortemente caracterizadas por actividades de carácter informal, uma drástica perda de meios para obtenção de renda (moeda fiduciária) e, portanto de sobrevivência.

Porque é importante trazer para esta reflexão estes dados? A principal razão é a que se prende com o facto destas condições reforçarem, de modo explícito, as vulnerabilidades a que a maioria das mulheres do mundo, em especial em continentes como o africano, estão sujeitas. Sabemos que os riscos de infecção para as mulheres, além de extremamente elevados, são específicos por causa das desigualdades de poder que atravessam as relações de género. Esta situação tem, pois, impactos determinantes nas suas vidas e nas vidas das suas famílias e comunidades que dependem, em grande medida, do seu trabalho e do seu rendimento.

Olho para esta realidade a partir de Moçambique e do meu lugar de mulher, feminista e africana. Argumento que uma análise do contexto concreto em que estão a viver as mulheres moçambicanas durante esta pandemia, pode contribuir para perceber melhor, não só o que se pode estar a passar com muitas delas no país, mas também no continente. Assim,

<sup>7</sup> Global Positioning System

<sup>8</sup> Veja-se o seguinte documento a este respeito: [https://reliefweb.int/report/world/gender-](https://reliefweb.int/report/world/gender-implications-covid-19-outbreaks-development-and-humanitarian-settings)

[implications-covid-19-outbreaks-development-and-humanitarian-settings](https://reliefweb.int/report/world/gender-implications-covid-19-outbreaks-development-and-humanitarian-settings)

alerto para as continuidades entre as mulheres de vários lugares do mundo e que tornam a sua vida cada vez mais difícil. Não se trata de um esforço de extrapolação do particular para o geral, mas sim tomar uma experiência, que não é nem ocidental nem do Norte e nem de mulheres brancas, como um ponto focal para uma discussão mais abrangente.

Quais são, então, alguns dos factores específicos de Moçambique que devem ser tidos em consideração para melhor entender o impacto da pandemia na vida das mulheres e raparigas e a sua vital participação na economia dos cuidados?

O país, à semelhança de muitos outros, apresenta várias características que é preciso ter em consideração para se desenharem medidas de acautelamento da saúde pública, especialmente dirigidas às mulheres e às raparigas, e trabalhar para um presente e futuro de igualdade entre mulheres e homens, segurança, justiça sexual, paz e prosperidade para elas e para eles. Os factores específicos que entendo ser necessário colocar em evidência são os seguintes:

a) Moçambique é um país onde a maioria da população são mulheres<sup>9</sup>, sobretudo jovens; a prevalência de casamentos precoces e forçados das meninas é muito elevada<sup>10</sup>; a infecção pelo HIV é superior a 13% e atinge 3

vezes mais as mulheres do que os homens<sup>11</sup>; a violência praticada contra a mulher atinge níveis alarmantes (OSÓRIO; SILVA, 2016: 157)<sup>12</sup> - uma em cada 3 refere que já sofreu algum tipo de violência na sua vida; apenas 1,4% tem escolaridade de nível secundário e em meio rural 71,6% são analfabetas (OSÓRIO; SILVA, 2018: 177); cabe essencialmente às mulheres a provisão de alimentos e o cuidado com ascendentes e descendentes vulneráveis e/ou dependentes;

b) Moçambique tem cerca de 30 milhões de habitantes e conta apenas com 2.473 médicas/os dos quais mais de 400 são estrangeiras/os<sup>13</sup> e, segundo revela um estudo do Ministério da Saúde, existe menos de uma Unidade Sanitária por 10.000 habitantes. O inventário, realizado pelo Instituto Nacional de Saúde, revela também que 19% das 1.643 unidades sanitárias não tem energia eléctrica, 12% não dispõe de fonte de água dentro ou no recinto da unidade e que 21% não tem casa de banho para pacientes<sup>14</sup>. Infelizmente esta é uma realidade partilhada por muitos países do mundo, em particular no continente;

<sup>9</sup> Segundo os Censos de 2017 Moçambique conta com 27.909.798 pessoas das quais 14.561.325 (52%) são mulheres e 13.348.446 (48%) são homens. Ver em <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique>. Consultado em 8-04-21

<sup>10</sup> Ver informação aqui: <https://www.unicef.org/mozambique/casamento-prematuro-em-mo%C3%A7ambique>

<sup>11</sup> Ver informação aqui: <https://dev.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Prevalencia-do-HIV-aumenta-para-13-2-por-cento-em-Mocambique>

<sup>12</sup> Segundo o INE-MZ, pelo menos 37,2% delas denunciavam que já tinham sido vítimas de

violência física e sexual na faixa etária entre os 15 e os 49 anos de idade ficando por saber o que acontece em idades inferiores e superiores.

<sup>13</sup> Informação disponível em: <http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/70109?fbclid=IwAR2d0jcC6y-dqGrn686LVKwQEDh-T4343iJn6WN318-hHoyRrlirbFD2GZo>

<sup>14</sup> Informação disponível em: <http://www.verdade.co.mz/nacional/69960-em-mocambique-existe-menos-de-uma-unidade-sanitaria-por-10000-habitantes-19-por-cento-nao-tem-electricidade-e-12-por-cento-nao-tem-agua>

c) Em Moçambique, como em muitos outros países, a emigração por motivos económicos é uma realidade transversal. Dezenas de milhar de emigrantes moçambicanos/os a residir na República da África do Sul, onde a doença tem níveis de contaminação muito elevados, estão a regressar a Moçambique devido à crise do emprego e não estão a ser testadas/os. Assim esta realidade constitui um risco especialmente grave para as mulheres e as crianças das famílias que as/os acolhem. A mobilidade humana, mesmo quando é voluntária, não se processa sem riscos para quem parte ou para quem chega. Deixa de ser um direito para se tornar em mais um risco de vida;

d) As populações atingidas mais duramente pelas cheias e os ciclones Idai e Keneth, em 2019, e a tempestade tropical severa Chalane, em Dezembro de 2020, ainda não tiveram tempo nem recursos para ultrapassar os problemas e perdas que daí advieram, nomeadamente em termos de domicílio, abastecimento de água e outros bens essenciais. Do mesmo modo, as culturas alimentares são ainda muito incipientes e, em muitos casos, largamente insuficientes para garantir uma nutrição básica. Estes elementos tornam estas pessoas particularmente vulneráveis à infecção pelo novo Coronavírus, em especial as mulheres e as meninas que, em muitas práticas culturais, são as últimas das famílias a serem contempladas com a comida disponível. Em todos os outros lugares do planeta, onde tragédias

semelhantes estão a ocorrer, as mulheres partilham estas mesmas angústias e sofrimentos (SHIVA; SHIVA, 2020; PERÉZ OROZCO, 2017; FEDERICI, 20189.

e) Os conflitos militares no centro e a guerra no norte do país estão a provocar a destruição de infraestruturas essenciais (pontes, estradas, postos de saúde, escolas, postos administrativos); a morte de milhares de pessoas e a deslocação forçada de centenas de milhar; o corte no abastecimento de bens essenciais à vida; o aumento drástico da concentração populacional nas sedes provinciais ou de distrito; o medo e o pânico generalizados; e a normalização da violência como método de resolução de conflitos; o aumento da prostituição feminina como moeda de troca para acesso a bens essenciais à sobrevivência. Esta situação faz com que estas populações fiquem especialmente vulneráveis à contracção da COVID - 19, em particular as mulheres e as raparigas que são as mais vulneráveis a todas estas violências. De notar que esta situação humanitária repete-se em caso de conflitos violentos e guerras em muitos outros lugares do continente e do mundo;

f) Em países como Moçambique a capacidade de difusão da informação é relativamente limitada. No campo, onde vive a maioria das pessoas, é difícil fazer chegar mensagens sobre modos de prevenção da doença, das possibilidades de enfrentamento ou das consequências. A pluralidade linguística do país (cerca de 40 línguas em uso), a

sua extensão territorial, a ausência de infraestruturas de comunicação de massas (rádio, televisão, telefone celular, jornais) e a fraca capilaridade dos serviços do estado em muitas zonas do país, nomeadamente nos meios rurais e remotos onde se concentra uma boa parte da população, introduz mais um factor de risco em situação de alarme da saúde pública e pandemia;

g) Tal como muitos outros países no continente africano, Moçambique tem uma economia muito porosa e dependente da ajuda externa (CASTELBRANCO, 2010). Não existe praticamente tecido industrial, sendo o país totalmente dependente do exterior no que respeita a produtos manufacturados. A soberania alimentar está gravemente ameaçada pela importação maciça de produtos agrícolas do estrangeiro e a falta de investimento na agricultura familiar camponesa e nos circuitos comerciais de proximidade. Isso significa uma enorme fragilidade perante alterações drásticas da economia global e regional. Em caso de calamidade o país tem profundas dificuldades em responder adequadamente aos desafios que lhes são postos.

Tendo em consideração todas estas características e as condições e restrições impostas pelos sucessivos decretos de estado de emergência, são vários os impactos que estão a atingir as populações, com uma especial incidência na vida e nos corpos das mulheres. Para pensar neles é necessário começar por ter

consciência de que as mulheres não param de menstruar, de engravidar e de parir; continuam a enfrentar a escassez de alimentos, de autoridade e poder para resolver os conflitos e viver em paz; elas continuam a fazer face à crescente violência dentro e fora das suas casas. Às mulheres continuam a caberem as tarefas de cuidar das crianças e das pessoas mais idosas; elas são responsáveis por procurar medicamentos e comida nas machambas<sup>15</sup>. As mulheres e as meninas continuam a ser as pessoas mais susceptíveis aos abusos sexuais e à má-nutrição porque as crenças e as práticas culturais que as subjagam não se alteraram, antes se reforçaram. As mulheres continuam a tentar atravessar as fronteiras nacionais para levar por diante os seus negócios e modos de vida, apesar de todos os perigos.

Sabemos ainda que em contextos de emergência social os impactos com base no género, são vários e importantes. É necessário, pois, promover uma discussão abrangente e ouvir atentamente as suas análises e as suas ideias acerca do que está a acontecer e do que pode estar para vir.

### **3. Para que nada fique como dantes: o cuidado com a vida, no centro**

Face aos problemas e dificuldades que se apresentam às mulheres e raparigas é muito importante mostrar que elas estão não apenas atentas, mas estão a produzir conhecimentos e a tornar possível colocar em prática diversas alternativas. Além disso tomam posição pública e fazem recomendações concretas para o presente e o futuro. Elas estão, pois, empenhadas em contribuir, das mais diversas formas, para o enfrentamento dos problemas causados pelo novo Coronavírus, a guerra, a pobreza, a violência e a discriminação e a pensar como fazer a recuperação do

<sup>15</sup> Campos de cultivo.

mundo sem deixar que fique tudo na mesma, ou pior para elas. Elas querem que esta seja uma oportunidade para transformar o mundo num lugar justo, igual e que respeita a dignidade, os direitos e os modos de vida de todas e todos. A lição aprendida em colectivo é que nada pode ficar como dantes e que o cuidado com a vida tem que estar no centro das nossas utopias, horizontes, e acção política para vivermos em sociedades de paz e justiça sexual e social.

A partir da minha participação como relatora nos seminários *online* promovidos pelo Fórum Mulher de Moçambique e onde entrevistaram mais de 300 mulheres ao longo do ano de 2020, foi possível identificar as suas principais preocupações e ideias para a construção de um mundo onde nada ficará como dantes e ninguém ficará para trás. Apresento este roteiro que é tanto epistemológico quanto político utilizando o presente do indicativo para reforçar a sua potência disruptiva com o actual estado das coisas:

No nosso mundo a violência não pode ter lugar e, por isso, a primeira coisa que precisamos fazer foi reconhecer que as mulheres e meninas foram, ao longo dos séculos, as pessoas vez mais vitimizadas por todos os tipos de violência, em especial, em tempos de conflito, desastres, crises e pandemias. A segunda foi pedir perdão publicamente, como sociedade, por todas as vezes que nos calámos ou fomos, de alguma maneira, instrumentos de violência simbólica, física, sexual, económica ou emocional contra elas. A terceira, foi implementar mais políticas públicas com medidas concretas e efectivas de protecção delas para que mais nenhuma possa ser vitimizada.

Percebemos também que é preciso inverter a ordem das prioridades nacionais e decidimos investir a

maioria da nossa riqueza colectiva nas áreas sociais como educação, segurança social e saúde. Os desastres ambientais, a guerra e as pandemias têm-nos ensinado o quanto é importante prestar uma atenção especial à saúde sexual e reprodutiva das mulheres e das meninas assim como à sua saúde mental e emocional.

Reconhecemos que a economia do cuidado, levada a cabo por mulheres e raparigas de todas as idades é a maior e a mais resiliente de todas as economias. Alimentar, limpar, proteger, ensinar, produzir e processar a comida, apoiar emocionalmente as/os familiares, ensinar as crianças tudo o que precisam saber para crescerem felizes e com saúde, machambar, são alguns dos trabalhos que fazem parte da vida de quase todas as mulheres em Moçambique e no mundo. Estes trabalhos, repetidos todos os dias com esforço e valentia, são necessários para que a vida aconteça e valha a pena ser vivida. Além destes, as mulheres fazem comércio, têm empregos, costuram, pescam, são operárias ou vendedeiras. Se as mulheres parassem de trabalhar, dentro e fora de casa, o mundo pararia.

Constatámos que esta pandemia, como outras crises e desastres, atinge de maneira diferente mulheres e homens. Em muitos casos, o impacto na vida das mulheres não é apenas desigual, mas é mais violento, atingindo-as de forma desproporcional assim como a todas as pessoas que dependem delas. Por isso, é absolutamente indispensável que elas, na sua diversidade, possam decidir sobre as suas vidas e sobre a das suas comunidades. É necessário que elas estejam presentes desde o momento em que se começa a pensar sobre o que há a fazer, até ao momento de avaliar o que já se fez e se decidir o que se vai fazer a seguir.

Neste novo mundo, a partilha equitativa da autoridade e do poder de decidir é tão importante quanto a própria razão de existir. Para isso recusamos a ideia de que *one size fits all*.

Estamos seguras que é imprescindível iniciar um processo de reflexão democrática, informada e com paridade de mulheres e homens, sobre o modelo de desenvolvimento de modo a permitir, no futuro, a justiça social baseada na justiça de sexual, na soberania alimentar, na conservação da biodiversidade, no uso dos recursos naturais para benefício de todas e todos, o combate às alterações climáticas. Para tal é preciso a instauração de todas as políticas públicas necessárias para uma justa redistribuição da riqueza e a paz.

Por isso temos comissões paritárias com mulheres e homens provenientes dos diversos sectores da sociedade para um amplo diálogo com vista à refundação democrática da nação para atingir um desenvolvimento justo para todas e todos, em harmonia com o ambiente e a Mãe Terra que nos leva a uma paz efectiva e duradoura.

### Notas finais

Como diz a feminista argentina Maristella Svampa (2020), se há um inimigo que nos ataca e atemoriza ele não é o novo Coronavírus em si mesmo, mas sim, o que causa essa e outras pandemias e desastres. A verdadeira e substantiva guerra é aquela que é travada pelo capitalismo contemporâneo contra a igualdade, a equidade, a democracia, a justiça social, sexual e cognitiva, a solidariedade, a dignidade, o respeito e biodiversidade. Estamos perante um sistema económico colonial, anti-social, anti-democrático, misógino, violento e ecocida protagonizado por uma pequena elite, composta, na sua esmagadora

maioria, por homens, cujo ideal de masculinidade é o espelho perfeito do sistema que controlam. Para a contrariar precisamos, como humanidade, colocar no centro o cuidado com a vida em todas as suas manifestações. Juntamente com as feministas Luísa Valle e Cristina del Villar-Toríbio (CUNHA; VALLE; VILLAR DEL TORÍBIO, 2019) defendo que

Cuidar é pensar-agir descentrando-se de si; é prestar atenção; é solicitude; é desvelo; é preocupação e inquietação pelo bem-estar de outrem; é afeição vital pelos bens comuns; é sentir com e é querer sentir com; é uma forma profunda de partilhar a responsabilidade pela vida em todas as suas formas. O cuidado é, pois, um trabalho artesanal, é um corazonar (ARIAS, 2010) porque é uma razão com tempo, que se nutre de afectividade criatividade e permite que a vida não apenas emergja e se mantenha, mas que possa ser vivida em toda a sua abundância.

(...)

Afirmamos que o cuidado é também a prática capaz de salvaguardar a Terra como organismo vivo e complexo e de garantir aos seres humanos e não-humanos a partilha e a convivência nesta Casa comum. Assim, o cuidado diz respeito a todas as relações sociais que protegem e criam vida. Neste sentido, as mulheres, que secularmente têm assumido tantas tarefas de cuidado, têm vindo a realizar esse desígnio pró-comunal. O cuidado levado a cabo por mulheres de todo o planeta é radicalmente potente, pois concebe as relações sociais a partir de uma racionalidade ecológica e socialmente responsável e justa. Queremos precisar que não partilhámos de uma visão essencialista, que defende a natural vocação das mulheres para o cuidado.

Queremos, porém, colocar em evidência a agência das mulheres que se mantêm resistindo e continuando a prestar todos os cuidados necessários o que pressupõe, para muitas delas, a articulação de estratégias de resistência e de subversão. Uma das consequências mais valiosas desse modo de resistência e de produção de existência através do cuidado são os conhecimentos que nele gerados.

O patriarcado não só tenta expulsar esses trabalhos de cuidado da economia como tenta expulsar da ciência todos esses outros conhecimentos e competências imaginados, construídos e transmitidos a partir das experiências diversas de muitas mulheres do mundo. O desprezo a que foram votados os conhecimentos gerados pelo cuidado, ridicularizando-os e remetendo-os para ‘coisas de mulheres’, tem permitido criar uma hierarquia que acompanha a desvalorização social do cuidado, tanto na sua dimensão social quanto econômica.

Por fim, as práticas artesanais e transformadoras do(s) cuidado(s) significam, assim, uma força poderosa para contrariar a colonização das nossas sociabilidades por tecnologias não-conviviais. O cuidado, em qualquer uma das suas dimensões, é, pois, a nosso ver, uma realidade fontal e originária sem a qual ser, existir, resistir e porvir seria impossível.

#### Referências

ARIAS, P. G. Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes des las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la

existência (primera parte)’ CALLE14, 4 (5), pp. 80-95, 2010.

CASTEL-BRANCO, C. N. Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique, in Luís Brito, Carlos Nuno Castel-Branco; Sérgio Chichava; António Francisco (Orgs.), **Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique**. Maputo: IESE, P. 19 – 109, 2010.

CUNHA, T.; VALLE, L. P.; VILLAR-TORIBIO, C., Cuidado, Dicionário Alice.

Consultado a 12.04.21, em [https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id\\_lingua=1&entry=25288](https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=25288).

FEDERICI, S. **Revolución en punto cero. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas**. Trad. Carlos Fernández Guervós y Paula Martín Ponz. 2ª ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

INE Censos de 2017’. **Instituto Nacional de Estatística- Governo de Moçambique**, 2017

OSÓRIO, C.; SILVA, T. C. **Silenciando a discriminação. Conflitos entre fontes de poder e os direitos humanos das mulheres em Pemba**. Maputo: WLSA, 2018.

OSÓRIO, C.; SILVA, T. C **Entre a denúncia e o silêncio. Análise da aplicação da Lei contra a Violência Doméstica (2009 – 2015)**. Maputo: WLSA Moçambique, 2016.

OXFAM. **Time to care. Unpaid and underpaid care work and d the global inequality crisis**. London: OXFAM, 2020.

PERÉZ OROZCO, A. **Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida**. 3ª ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.

SHIVA, V.; SHIVA, K. **Oneness vs. the 1%: Shattering Illusions, Seeding Freedom**. London: Chelsea Green, 2020.

SVAMPA, M. Reflexiones para um mundo post-coronavírus. Nueva Sociedad. Consultado a 12.04.21 em <https://www.nuso.org/articulo/reflexiones-para-un-mundo-post-coronavirus/>

Recebido em 2021-05-24  
Publicado em 2021-06-01